

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 748 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1998

Proposta de ajuste fiscal chega ao Congresso até quarta-feira

Medidas serão anunciadas pelo governo e imediatamente enviadas ao Legislativo, segundo a previsão de ACM, que anuncia vinda de Malan ao plenário do Senado

ORÇAMENTO

Comissão se reúne para definir os novos prazos

As lideranças partidárias reúnem-se na próxima terça-feira para definir os novos prazos para discussão e votação do Orçamento de 1999. Segundo o relator, senador Ramez Tebet, a mudança nos prazos decorre da realização das eleições e das alterações que o governo pretende realizar na proposta original, para ajustá-la à necessidade do controle do déficit público.

PÁGINA 2



Entre Ronaldo Cunha Lima e Geraldo Melo, Antonio Carlos presidiu a sessão de ontem do Senado. Ele reconheceu que a fixação do teto de vencimento para o funcionalismo é um tema "muito delicado"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que o presidente da República anunciará as medidas do ajuste fiscal na próxima terça-feira ou quarta. Segundo ele, as propostas serão imediatamente enviadas ao Congresso para que todos os parlamentares tomem conhecimento de seu teor e possam posicionar-se sobre elas. Antonio Carlos disse que, se o anúncio ocorrer na terça, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, virá ao Congresso na quarta-feira à tarde, para explicar as medidas aos parlamentares. Se a divulgação acontecer na quarta, Malan será recebido na quinta-feira, às 10h, provavelmente no plenário do Senado.

PÁGINA 3

Plenário retoma votações

Está marcada para a próxima terça-feira sessão deliberativa do Senado, com uma pauta que inclui projeto de lei permitindo a troca de nomes de pessoas por seus apelidos.

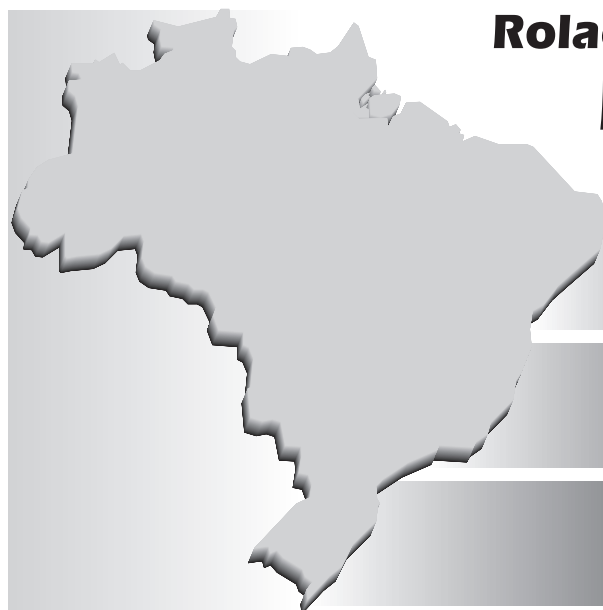
PÁGINA 2

Senadores pedem rigor na cobrança da dívida

A questão da dívida dos estados e municípios foi debatida em plenário ontem pelos senadores. Leonel Paiva endossou posição já assumida pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, de que os compromissos assumidos no ano passado sejam honrados, sugerindo que os recursos das privatizações estaduais sejam usados para esse fim. Geraldo Melo defendeu uma postura rígida do Congresso diante dos estados e municípios. Bernardo Cabral citou o uso da máquina administrativa nas eleições como um exemplo de improbidade.

PÁGINA 4

Rolagem da dívida atingiu R\$ 75 bilhões



22 Estados assinaram o protocolo de intenção para a rolagem das dívidas.

Alagoas e Distrito Federal assinaram protocolos que não prevêem rolagem de dívidas.

Ficaram fora das negociações apenas os Estados de Tocantins, Amapá e Roraima.

No total, o governo federal vai rolar cerca de R\$ 75 bilhões em dívidas estaduais que serão pagas em 30 anos, com juros de 6% ao ano mais a variação do IGP e comprometimento de 13% da receita líquida do Estado.

TV Senado melhora transmissão

Para realizar manutenção e melhorias em seus equipamentos, a TV Senado estará fora do ar amanhã e domingo. Após o trabalho, o sinal de transmissão ficará melhor.

PÁGINA 4



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Seminário sobre Mudança de Clima e os Ecossistemas Brasileiros
Horário: 9h às 16h30
Local: Sala da Comissão de Assuntos Sociais - Ala Senador Alexandre Costa - sala 09

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (26.10.98)
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (27.10.98)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDLs nºs 112/97, 113/97 e PDL nº 121/97, que tratam da renovação e concessão de emissores de rádio; *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que permite troca do nome por apelido "público e notório".

Quarta-feira (28.10.98)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: * Votação da PEC nº 15/98, que limita a despesa com funcionamento do Poder Legislativo municipal; *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; *Parecer nº 512/98, que submete ao Senado a escolha do senhor Leonaldo Silva para compor o TST; *Parecer nº 513/98, que submete ao Senado o nome da senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves para compor o TST; *Parecer nº 514/98, que submete ao Senado a escolha do senhor Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo para compor o TST; *Parecer nº 515/98, que submete ao Senado o nome do senhor José Alberto Rossi para compor o TST.

Quinta-feira (29.10.98)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas; *Requerimento nº 508/98, de autoria dos senadores Geraldo Melo e outros, solicitando a criação de uma Comissão Especial Temporária, para examinar a execução do Programa de Ajuste Fiscal a que se refere a Lei nº 9.496/97 e para levantar as medidas efetivamente tomadas no âmbito do programa; e *PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao art. 846 da CLT, para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial.

Sexta-feira (30.10.98)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Terça-feira (27.10.98)
▶ 15h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Discussão dos prazos para apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 1999.

Líderes discutirão novos prazos para tramitação do Orçamento da União

O relator do projeto, senador Ramez Tebet, disse que pretende obter consenso entre os partidos representados na Comissão Mista sobre o encurtamento dos prazos de votação

Os líderes dos partidos com participação na Comissão Mista de Orçamento se reúnem na próxima terça-feira a fim de discutir os prazos para aprovação da lei orçamentária. "A idéia é conseguir um consenso entre os partidos para encurtar os prazos de votação", informou o relator do projeto de lei orçamentária, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Os novos prazos são necessários em virtude do calendário eleitoral deste ano e em face das modificações feitas pelo governo na proposta orçamentária apresentada em agosto. Devido à necessidade de controlar o déficit público, o governo vai promover cortes na proposta original, o que, na opinião de Tebet, resultará em "um orçamento enxugado".

Para fixarem novos prazos de tra-



Tebet classificou a nova proposta do governo, destinada a conter o déficit público, como "Orçamento enxugado"

mitação do Orçamento, os parlamentares precisam alterar a Resolução nº 2/95 do Congresso Nacional. Entre outros pontos, a resolução determina que a proposta orçamentária seja analisada em

relatorias setoriais, com pareceres sobre as áreas temáticas específicas, submetidos à deliberação do plenário da comissão.

Segundo sugestão de alguns parlamentares, a tramitação do Orçamento seria realizada numa única etapa, com relatoria geral sob responsabilidade de um colegiado formado pelo relator e sete relatores adjuntos. Na última reunião dos líderes, realizada na terça passada, não houve consenso sobre a proposta.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a comissão deverá manter intactos praticamente todos os princípios para tramitação do Orçamento. Para ele, o objetivo não é anular etapas, mas sim dar celeridade à tramitação.



Lobão classificou como "exemplar" a atuação da Justiça e disse que a população do estado escolheu com liberdade

Lobão elogia ação da Justiça Eleitoral do Maranhão

Ao comentar a lisura com que transcorreu o primeiro turno das eleições no Maranhão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) solicitou ontem que conste dos Anais do Senado seu reconhecimento à Justiça Eleitoral do estado pela "maneira exemplar" com que conduziu o pleito.

Para o senador, a população maranhense teve a oportunidade de avaliar com a maior liberdade, nas últimas eleições, a propaganda de cada um dos candidatos aos vários cargos políticos, escolhendo, nas urnas eletrônicas ou nos votos manuais, aqueles que mereceram a sua confiança.

Edison Lobão considera-se satisfeito com os resultados das eleições: "Tenho motivo de grande júbilo pela vitória da governadora Roseana Sarney, do senador João Alberto e dos que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa, pois estou certo de que todos trabalharão pelo nosso estado, independentemente das suas colorações partidárias".

Projeto que permite troca de nomes deve ser votado na terça pelo Senado

O plenário do Senado deverá votar na terça-feira projeto de lei que permitirá a troca de nomes de pessoas por seus apelidos "públicos e notórios". Atualmente, a legislação só autoriza a troca de nome em casos de adoção de crianças ou adolescentes.

A proposta já foi aprovada pelos deputados e, no Senado, recebeu parecer favorável do relator, senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA). Se for aprovada, será enviada à sanção do presidente da República.

Trata-se de um projeto apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, o qual pondera que muitos juízes têm concordado com a mudança de nome para adoção do apelido "público e notório", apesar de a lei prever que o "prenome será imutável" (exceto para adotados). A legislação permite apenas correção de nomes de pessoas se ficar evidente



Cafeteira apresentou parecer favorável à proposta, que, se aprovada, será enviada à sanção presidencial

que houve erro gráfico. Os juízes também têm aceitado o acréscimo do apelido ao nome das pessoas.

O pedido de mudança do nome pelo apelido terá que ser feito a um juiz, o qual encaminhará sua sentença ao cartório de registro onde foi feita a certidão de nascimento do interessado.

Na quarta-feira, o plenário do Senado votará projeto de lei que regulamenta o plebiscito e o referendo popular. A proposta, apresentada pelo então senador Nelson Carneiro, foi modificada pelos deputados. Agora, os senadores terão de votar a matéria novamente. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

De acordo com o projeto, o plebiscito ou o referendo poderá ser proposto com a assinatura de, no mínimo, um terço dos deputados ou senadores. No caso de plebiscito para decidir divisão de município, a competência será da assembléia legislativa estadual. Plebiscitos ou referendos serão convocados para que os eleitores decidam a favor ou contra "matéria de acentuada relevância".

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Malan virá ao Congresso explicar ajuste fiscal

Segundo o presidente do Senado, o ministro da Fazenda responderá aos questionamentos dos parlamentares sobre o assunto no dia seguinte ao anúncio das novas medidas, que está previsto para a próxima terça ou quarta-feira

Seminário debate clima e ecossistemas

O processo de “sumidouro de carbono” é um dos temas do Seminário sobre Mudança de Clima e os Ecossistemas Brasileiros, iniciado ontem e que prossegue hoje, das 9h às 16h30, na sala da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O encontro – que conta com o apoio da senadora Marina Silva (PT-AC) – reúne representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e de diversas organizações não-governamentais, e foi organizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), pelo Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, pelo Environmental Defense Fund (EDF) e pelo Woods Hole Research Center (WHRC).

Segundo a senadora Marina Silva, o seminário é o “pontapé inicial” para a IV Conferência das Partes, que acontecerá nas duas primeiras semanas de novembro em Buenos Aires, quando serão elaboradas as modalidades e procedimentos que assegurarão a transparência, eficiência e idoneidade dos projetos de desenvolvimento sustentável dos países que não estão obrigados a diminuir a emissão de gás carbônico na atmosfera, como o Brasil.

De acordo com a coordenadora do seminário, Adriana Moreira, o governo brasileiro pode estar perdendo uma grande oportunidade de negócios “por não reconhecer um serviço que é prestado pelas florestas tropicais e pelo cerrado do Brasil”. Esse serviço consiste na captação e armazenamento do gás carbônico emitido pelos países desenvolvidos do Hemisfério Norte. Os ambientalistas chamam este processo de “sumidouro de carbono”.



A senadora Marina Silva, oriunda da região amazônica, deu apoio ao seminário ambiental



Antonio Carlos disse que se reunirá com FHC e com o presidente do Supremo para definir teto salarial dos servidores



O presidente do CRM baiano, Aleixo Sepúlveda, lamentou o veto presidencial ao projeto que melhorava os salários dos médicos

Antonio Carlos recebe novo presidente do CRM da Bahia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência, o novo presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM) da Bahia, Aleixo Sepúlveda, que veio convidá-lo a visitar a entidade. “Ele prometeu que irá, é só ter tempo disponível”, informou Sepúlveda.

– Não há nenhum projeto de lei de nosso interesse em tramitação nesse momento. Foi uma simples visita de cortesia, entre colegas, pois Antonio Carlos foi meu contemporâneo de faculdade – explicou o presidente do CRM.

Sepúlveda disse que Antonio Carlos Magalhães tem feito muito pelos médicos no Congresso. “No ano passado, ele conseguiu a aprovação de um projeto que melhorava os níveis salariais dos profissionais de saúde no serviço público. Infelizmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a melhoria”, lembrou.

O CRM cuida da fiscalização e normatização da carreira médica, mas sua tarefa primordial, segundo Sepúlveda, é defender a sociedade do mau desempenho dos profissionais da saúde.

Ajuda de custo na convocação é legal, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que pagar ajuda de custo pela convocação extraordinária “é legal, constitucional, e se houver convocação extraordinária será paga a ajuda de custo”.

Ele negou ter mantido entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no sentido de não pagar a ajuda de custo devida aos parlamentares pelo trabalho extraordinário realizado durante o eventual período de convocação.

Para Antonio Carlos, nenhuma casa legislativa do Brasil tem sido mais austera que o Senado Federal. “Procedimento exemplar não só da Mesa, como de todos os senadores, que nunca propuseram nada que pudesse toldar a atividade do Legislativo”, destacou ele.

Antonio Carlos fez questão de enfatizar:

– É uma obrigação do Poder Legislativo cumprir os dispositivos legais. De maneira que somos austeros, somos sérios, somos dignos. Entretanto, não vamos enfrentar dispositivo legal por uma capa de seriedade que já nos é própria pelo nosso comportamento.

“O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciará as medidas do ajuste fiscal na próxima terça ou quarta-feira e, imediatamente, as enviará ao Congresso para que todos os parlamentares tomem conhecimento de seu teor e possam se posicionar sobre elas”, declarou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador – que se encontrou com o presidente da República no Palácio da Alvorada na última quarta-feira – disse que, se o anúncio ocorrer na terça, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, virá ao Congresso na quarta-feira à tarde para explicar as medidas aos parlamentares e responder às suas indagações sobre as medidas propostas pelo Poder Executivo.

– Se a divulgação acontecer na quarta, então Malan será recebido na quinta-feira, às 10 horas da manhã, provavelmente no plenário do Senado – acrescentou Antonio Carlos.

Durante a reunião com Fernando Henrique, além das medidas de ajuste fiscal, foram discutidos outros temas, como o teto para vencimentos dos servidores públicos, que faz parte da reforma administrativa, e os detalhes da posse do presidente da República em seu segundo mandato, revelou ACM.

– A solenidade será simples, no dia 1º de janeiro, às 17 horas, no Congresso Nacional. Se estiverem presentes chefes de Estado, eles serão recepcionados durante os cumprimentos ao corpo diplomático, que se realizará logo em seguida, no Palácio do Planalto. Essa posse é diferente das anteriores. Será como casamento de viúva, já se conhece tudo – afirmou o presidente do Senado.

Quanto ao teto de vencimentos para o funcionalismo público, o senador Antonio Carlos Magalhães reconheceu que o tema é “muito delicado” porque terá de haver consenso entre os presidentes dos três Poderes: do Supremo Tribunal Federal (STF), da República e do Congresso.

Leonel afirma que estados e municípios devem honrar dívidas

Senador atribui a "falta de capacidade gerencial" a alegação de prefeitos e governadores que desejam adiar cumprimento de compromissos



Dutra acha que Senado não aprova FEF de 30%

Dutra considera aumento do FEF inadmissível

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) expressou ontem sua posição contrária a qualquer aumento na retenção das transferências constitucionais a estados e municípios por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O aumento do FEF dos atuais 20% para 30% seria um dos pontos do conjunto de medidas fiscais a ser divulgado pelo governo federal depois do segundo turno das eleições, conforme noticiário da imprensa, mas também, segundo o senador, pode ser "um bode na sala" – tática que consiste na apresentação de propostas duras, cuja adoção não se pretende, apenas para negociar sua retirada.

– Bode ou não, é inadmissível – afirmou.

Como Casa que representa a Federação, o Senado, acredita Dutra, não prejudicará ainda mais estados e municípios, particularmente os do Norte e Nordeste, os mais atingidos pela retenção de 20% das transferências constitucionais pela União.

Segundo ele, já que ainda não foi aprovada proposta do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) estabelecendo que todas as propostas de emendas constitucionais relativas a questões federativas devem iniciar sua tramitação pelo Senado, um aumento do FEF será submetido antes à deliberação da Câmara.

– Espero que o Senado, contrariamente ao que ocorreu na aprovação do próprio FEF e da Lei Kandir, não volte a funcionar como um cartório carimbador da posição da Câmara – afirmou.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) manifestou-se ontem favorável à posição assumida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que defendeu o cumprimento dos compromissos assumidos pelos estados e municípios na renegociação de suas dívidas. Leonel sugeriu que seja utilizado, para o pagamento, o dinheiro obtido com a privatização de empresas estaduais.

Na opinião do senador, a alegação de alguns prefeitos e governadores de que estão sem condições de honrar as dívidas significa falta de capacidade gerencial: – Acho, concordando ainda com o presidente Antonio Carlos, que chegou a hora de se estabelecer a lisura na gestão da coisa pública. Qualquer pessoa que não paga tem suas dívidas executadas – opinou.

O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) apoiou os pronunciamentos de Leonel Paiva e de Antonio Carlos Magalhães.

– Os estados negociaram suas

dívidas, alguns não cumpriram. As dívidas foram repactuadas no ano passado. Agora a imprensa noticia que muitos deles vão pedir nova negociação. Creio que o governo federal, diante da crise que vivemos, tem o dever de ser muito duro com esses governadores e prefeitos, no sentido de que o acordado seja cumprido – opinou Jefferson Pêres.

Leonel Paiva também questionou a manutenção da reeleição, diante das denúncias feitas por diversos senadores de que alguns governadores utilizaram dinheiro das privatizações em suas campanhas eleitorais.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou que o uso da máquina administrativa nas eleições é um fato típico de improbidade administrativa que, segundo a Constituição, poderá ser punido com a suspensão dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

Melo pede firmeza na cobrança de compromissos

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu ontem que o Congresso assumira uma postura rígida diante dos estados e municípios que, de acordo com notícias publicadas pela imprensa, irão propor ao governo federal a renegociação de suas dívidas. Ele acrescentou que não se trata de reprimenda ou punição, mas que o momento de crise exige austeridade e firmeza na aplicação dos recursos públicos.

De acordo com o senador, durante a campanha eleitoral em alguns estados não havia sinal de que ali estivessem governantes de um pedaço de um país em crise. Por outro lado, ele disse que o presidente da República, mesmo candidato à reeleição, não hesitou em tomar medidas que poderiam ser consideradas impopulares, antipáticas e inoportunas, às vésperas do primeiro turno. Os comentários foram feitos por Melo em aparte a pro-

nunciamento do senador Leonel Paiva (PFL-DF), que levou o assunto a plenário.

– O que se viu em alguns estados foi uma abundância de gastos, com total desprezo pelas regras de administração do dinheiro público. Não vejo como se possa, a essa altura, ter atitude complacente em relação a quem não teve conduta compatível com a seriedade e a gravidade do momento – argumentou.

Em seu aparte, Geraldo Melo pediu apoio dos demais senadores para a aprovação de um requerimento por ele apresentado que sugere a criação de uma comissão temporária com a finalidade específica de verificar quais as medidas tomadas pelo governo de cada um dos estados no âmbito do Programa de Reforma Fiscal e Modernização dos Estados. A proposta está aguardando inclusão na Ordem do Dia.



Leonel defende lisura na gestão pública



Geraldo Melo diz que momento é de austeridade

TV sairá do ar para manutenção

A manutenção dos equipamentos da TV Senado deverá durar mais que o previsto. Inicialmente, o trabalho deveria ser totalmente efetuado amanhã, das 8 às 18 horas. Problemas com o amplificador do sinal para o satélite, no entanto, farão com que a programação fique suspensa durante todo o sábado e também no domingo, até as 18 horas.

Primeiramente, estava prevista apenas a manutenção dos equipamentos próprios da TV Senado. Optou-se, no entanto, por realizar também a substituição do amplificador que leva o sinal até o satélite, que

já será instalado em seu lugar definitivo. Uma firma especializada fará a substituição.

A conjugação dos dois serviços possibilitará uma economia de recursos para o Senado, ainda não estimada, porque a Coordenação Técnica de Eletrônica (Cotel) fornecerá a mão-de-obra para o trabalho.

A mesma firma especializada realizará uma revisão completa dos equipamentos, incluindo sua limpeza interna. Atualmente, a programação está sendo transmitida com o amplificador reserva, pois o principal está quebrado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

7h - Saúde Todo Dia - A importância da atividade física. Atividade: Judô
7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista. O médico Dráuzio Varela entrevista Sérgio Simon. Assunto: Câncer - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Importância da atividade física. Atividade: Remo
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Sessão plenária (ao vivo)
12h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Pernambuco
12h30 - Entrevista - O senador Lauro Campos fala sobre o projeto de sua autoria que trata do seguro-desemprego
13h - Cores do Brasil - Cerrado
13h30 - Consulta Marcada - o programa fala sobre "amamentação"
14h30 - Sessão plenária (representação)
18h30 - Entrevista - Senador Lauro Campos
18h55 - Senado em Pauta
19h - Cores do Brasil - Serra dos Órgãos
19h30 - Consulta Marcada - "Amamentação"
20h30 - Entrevista - Senador Lauro Cam-

pos
21h - Jornal do Senado
21h15 - Entrevista - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista o médico Arnaldo Velloso sobre medicina ortomolecular
22h - Cores do Brasil - Amazonas
22h30 - Especial/UNIP - Programa produzido pela Universidade Paulista. O médico Dráuzio Varela entrevista Carlos Souza Dias. Assunto: Estrabismo - 2ª parte
22h55 - Senado em Pauta
23h - Consulta Marcada - "Amamentação"
0h - Entrevista - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista o físico Newton Milhomens sobre HOJE kirlian

8h - Agenda Senado
9h - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Reprise da sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7